



**COUNTERINSURGENCY
LESSONS FROM
MALAYA AND VIETNAM**

Learning to Eat Soup with a Knife

JOHN A. NAGL

John Nagl, *Counterinsurgency Lessons from Malaya and Vietnam: Learning to Eat Soup with a Knife*, (Westport: Praeger, 2003).

Aprender a comer sopa com uma faca: as dificuldades da contra-guerrilha

☞ BRUNO C. REIS

DEPARTAMENTO DE WAR STUDIES, KING'S COLLEGE, UNIVERSIDADE DE LONDRES

A fase actual da guerra no Iraque permitiu esclarecer uma dúvida pertinente: estaria a guerra de guerrilha a desaparecer como forma eficaz dos fracos combaterem os fortes? Afinal as previsões de uma resistência armada às intervenções americanas na Bósnia ou no Kosovo revelaram-se infundadas. Não faltou quem procurasse explicações na crescente urbanização e aburguesamento do mundo. Mas nem todas as cidades são iguais, vejam-se os gigantescos aglomerados urbanos selvagens na África, Ásia, América Latina. E nem todos os países se aburguesaram, no Iraque, por exemplo, as elites vivem mesmo em crescentes dificuldades. O que mostra mais uma vez os riscos de se combater a guerra de hoje baseado nas lições da guerra imediatamente anterior. As notícias da morte da guerrilha revelaram-se manifestamente exageradas.

A guerrilha iraquiana é também um teste à tradicional distinção entre dois métodos bem diferentes de combater uma insurreição armada: o britâni-

co e o norte-americano. Pela primeira vez contingentes destes dois países estão no terreno ao mesmo tempo. Facto que torna particularmente pertinente a obra de John Nagl. Pois não só *Learning to Eat Soup with a Knife* é um dos mais interessantes estudos comparativos das estratégias de contra-guerrilha norte-americanas no Vietname e britânicas na Malásia, como o autor desta tese de doutoramento em Oxford é um oficial norte-americano que está actualmente no Iraque.

A pertinência deste estudo é salientada pelo facto de a comunidade académica e os militares nunca se terem dado muito bem com as guerras de guerrilha. Ao nível mais analítico, o predomínio do realismo nos estudos de segurança internacional tornava pouco apelativo o estudo das circunstâncias em que os poderosos eram afinal derrotados por forças mais fracas, pelo menos em termos de meios militares. Ao nível mais prático, os exércitos frequentemente resistiam ao desenvolvimento de doutrina para se envolverem num tipo de combate que desejavam evitar. Sir Robert Thompson, o responsável britânico que mais se empenhou na divulgação das lições da Malásia, afirma: «uma vez que exércitos convencionais [...] raramente conseguiram derrotar movimentos de guerrilha no passado, há a tendência para os generais (e as academias militares) minimizarem a importância deste tipo de operações», mas acrescenta que «os generais não estão sozinhos» já que uma «grande parte da comunidade académica [...] mostra ainda maior desconhecimento do assunto.»¹ Isto aplica-se mesmo no campo dos estudos estratégicos, Colin Gray numa das mais significativas obras recentes da área escrevia ser «irónico» que se dedique tanta atenção ao «mundo virtual do conflito nuclear» e bem menos «ao mundo bem real das guerras de guerrilha».²

É verdade que os grandes clássicos Clausewitz e Jomini lhes dedicam algumas, embora poucas páginas. O primeiro recomendando o recurso à guerra de guerrilha como a última arma defensiva, que nenhum governo sensato deveria descurar – um conselho que claramente Saddam Hussein seguiu, conscientemente ou não. Mas o segundo parece ter sido mais influente no seu parecer de que este é um tipo de guerra que os exércitos convencionais devem evitar a todo o custo; uma atitude de reserva que transparece neste seu famoso desabafo: «a minha preferência é claramente a favor dos bons e velhos [...] face à época terrível, em que padres, mulheres e crianças por toda a Espanha conspiravam para emboscar grupos isolados de soldados.»³ É precisamente neste tipo de atitude de reserva que Nagl se concentra na sua obra.

A abordagem de Nagl: uma guerra é uma guerra?

Ao contrário da maior parte dos estudos sobre guerrilha que tende a ser generalista e a centrar a sua atenção nos guerrilheiros, Nagl centra-se no problema

da guerra de guerrilha do ponto de vista dos exércitos britânicos e norte-americano. A sua comparação é estruturada em torno da questão de saber até que ponto os exércitos britânico e norte-americano foram capazes de aprender durante as suas campanhas na Malásia e no Vietname, adaptando as suas estruturas e táticas convencionais para serem mais eficazes na contra-guerrilha? Ou seja, se os dois exércitos se revelam suficientemente flexíveis para responder eficazmente a um desafio militar atípico. Porque a verdade é que nenhum dos dois havia sido treinado em contra-guerrilha, e a tendência inicial em ambos os casos foi para encarar este desafio particular como uma guerra como outra qualquer.

Este último facto é, em sim mesmo, bem revelador. Pois, quer o exército norte-americano, quer o exército britânico tinham uma ampla experiência contra forças irregulares. Na verdade, em ambos os casos, a grande maioria das suas operações militares durante o século XIX e XX tinham sido operações de pacificação contra irregulares, com a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais como a exceção, ainda que uma exceção de monta e muito marcante. Mas o facto é que, quando confrontados com uma guerrilha comunista na Malásia, os britânicos voltaram a repetir o erro clássico de recorrer a uma guerra de manobras em grande escala contra forças altamente móveis que simplesmente evitavam o confronto. No Vietname o comandante supremo americano Westmorland afirmou também que o confronto era essencialmente uma guerra de manobras, comparou-a à Guerra Civil Americana, e afirmou que a solução para o problema se resumia numa palavra: «poder de fogo» (firepower). Apesar da grande experiência dos Marines neste campo nas décadas anteriores à Segunda Guerra Mundial, as operações anfíbias em grande escala que lhes tinham dado fama durante este último conflito passaram a dominar de tal forma a sua cultura organizacional que insistiram em desembarcar no Vietname do Sul apesar de ser uma manobra inútil. O autor de um novo manual de contra-guerrilha datado de 1968 ignorava completamente a existência de um texto similar de 1940. Ainda assim, a maior flexibilidade dos marines na luta de contra-guerrilha, aproveitando a experiência de alguns dos seus oficiais, não deixou de merecer críticas.

O ponto de partida, portanto, quer na Malásia quer no Vietname, foi uma ignorância generalizada da especificidade da contra-guerrilha. Embora por razões distintas e mesmo opostas. No caso britânico devido a uma organização militar extremamente flexível e à quase ausência de doutrina oficial, no caso americano pela grande rigidez organizacional e uma doutrina oficial orientada para a guerra convencional em grande escala. Esta diferença virá a revelar-se decisiva segundo Nagl na evolução do conflito. De facto, o seu livro oferece importantes argumentos a favor da tese da importância de culturas

organizacionais específicas em cada exército, com um grande impacto, embora não automático, na sua eficácia em combate.

Os EUA tiveram desde cedo uma cultura estratégia muito centrada no exemplo napoleónico, e naquilo que os militares norte-americanos viam como as guerras a sério da Europa face às distrações a que eram forçados, nomeadamente combater índios. Uma adesão tanto mais marcada, acrescentaríamos, quando reflectia um certo complexo de inferioridade por parte do exército americano, ciente do seu carácter, durante longo tempo, periférico. Sobretudo a experiência da Guerra Civil Americana e mais ainda a da Primeira Guerra Mundial e Segunda Guerra Mundial foram consolidando doutrinal e organizacionalmente aquilo que, numa obra clássica que Nagl segue, Russell Weigley chamou de *American Way of War*: concentração em massa de meios e homens, ataques frontais em ofensivas sangrentas mas decisivas.⁴ Esta maneira americana de fazer a guerra assentava numa estrutura com enormes divisões, uma grande especialização funcional, e uma forte disciplina que facilitava a substituição de homens e material em resposta a perdas em grande escala, e que foi mantida durante toda a Guerra Fria e para além dela, e apenas agora começa, talvez, a ser re-equacionada. Uma lógica provavelmente adequada à missão de resistir a uma invasão convencional massiva na Europa Ocidental, mas como afirma Nagl, mais do que inútil, contraproducente na luta contra guerrilheiros.

No caso britânico, o papel tradicional do exército havia sido o de uma força limitada nos seus meios e efectivos, utilizada para intervenções militares no exterior e tarefas de policiamento imperial que o confrontavam sistematicamente com desafios desproporcionadas para as forças disponíveis. Daí o desenvolvimento de uma estrutura organizativa e de um pensamento estratégico muito flexível, de que o exemplo mais conhecido é precisamente o autor da ideia de estratégia indirecta, que ele considerava aliás típica da maneira britânica de fazer a guerra, B.H. Liddell Hart, por quem Nagl tem evidente admiração.⁵ No exército britânico até muito tarde não existiu praticamente doutrina oficial, a sua estrutura militar assente em regimentos com uma longa história, profundo enraizamento local, grande autonomia, um rico repositório de experiências e uma tendência para encorajar a improvisação. Tradicionalmente o governo de Londres exercia apenas um controlo genérico sobre as intervenções militares, confiando num delegado local a coordenação da missão a quem fixava o objectivo último.

De acordo com Nagl esta foi a diferença fundamental entre a Malásia e os Vietname, pois no início as coisas correram mal, quer para britânicos, quer para americanos. Mas em todos os pontos fundamentais para vencer uma contra-insurreição, os britânicos depois de dificuldades iniciais na Malásia

foram capazes de se adaptar com sucesso baseando-se nomeadamente numa quantidade de oficiais com experiência de guerra de guerrilha. E, facto decisivo, esta flexibilidade foi posta ao serviço de objectivos claros por um responsável único político-militar, o carismático general Templer, capaz de articular simultaneamente uma estratégia global para derrotar os guerrilheiros assente no reconhecimento da inevitabilidade da independência da colónia. Os norte-americanos, com excepção da CIA e dos Marines, nunca criaram um plano integrado de acção político-militar que respondesse às necessidades locais, nem abdicaram do culto das grandes operações e do uso massivo da força, em favor de tácticas de controlo e defesa de populações centrais numa guerra de guerrilha. Também por isso foram incapazes de vencer a dificuldade fundamental de credibilizar um regime sul vietnamita formalmente independente, mas demasiado fraco para resistir por si e por isso mesmo pouco credível, mas suficientemente forte para bloquear iniciativas políticas importantes.

O problema é exemplarmente ilustrado na obra de Nagl que fornece múltiplas citações cómicas se não fossem trágicas das reservas das chefias militares norte-americanos em relação a todas as iniciativas inovadoras. Desde o Chefe do Estado Maior que não disfarça a sua desconfiança face às forças especiais, constituídas segundo ele por «inadaptados», marginais do regime de disciplina de um exército a sério, que mesmo que pudessem ser úteis lhe mereciam uma objecção «de princípio»; até Westmorland, o comandante supremo no Vietname, que acusa os Marines de, com a criação de forças mistas que vivem nas aldeias com as populações, estarem «obcecados pela defesa de imóveis» e terem «perdido a sua capacidade ofensiva». Estas reservas são exemplarmente sintetizadas nas famosas palavras de um general norte-americano (compreensivelmente anónimo): «Diabos me levem se irei permitir que o exército americano, as suas instituições, a sua doutrina [...] sejam destruídas, apenas para ganhar esta guerra sem importância.»⁶ De facto, segundo Nagl a doutrina e a organização triunfaram, e o desfecho do Vietname consagrou-se a ideia de que o exército americano só fazia «guerras a sério».

Iraque à luz da história: vitória impossível, derrota improvável?

Depois de ter ensinado estas questões em West Point, Nagl está actualmente no terreno no Iraque como oficial de operações de um batalhão blindado em pleno triângulo sunita, e vê-se portanto confrontado na prática com o que tinha abordado em teoria. Como uma extensa reportagem que lhe é dedicada pela revista do *New York Times* deixa claro, mesmo sabendo de cor todas as lições é muito, muito complicado combater uma guerra de guerrilha, ou como Nagl afirma: «Pensava que sabia alguma coisa de contra-guerrilha até ter de começar a praticar.»⁷

O livro, no entanto, não perde pertinência, em virtude das dificuldades actuais do seu autor (que aliás previa). Nagl continua a considerar essenciais os pontos centrais do livro, nomeadamente a capacidade de adaptação e flexibilidade, a necessidade de interagir com as populações, lidar com os seus líderes e os seus problemas, e a importância central das informações. Parece todavia mais ciente da dificuldade em as obter e utilizar eficazmente, num país em que as ruas não têm tabuletas e as casas não têm números, e a maioria dos norte-americanos não só não sabe árabe como ignora a história e cultura da região. Sobretudo nada é simples, fácil ou agradável, quando se vê colegas morrerem ao lado. No entanto, quando em patrulha Nagl continua a acenar para os iraquianos; alguns respondem, e como ele explica ao repórter, isso é melhor do que nada; empenha-se nas negociações com líderes locais ou na concessão de fundos para escolas e clínicas; não porque goste, mas porque continua a considerar essencial tentar ganhar as populações: «se nos limitarmos a ir atrás do tipo com a arma, não percebemos o essencial.»

Outra questão central de cuja verdadeira dificuldade Nagl parece agora mais ciente do problema de conseguir a calibração adequada no uso da força. Parece mesmo disposto a aceitar até certo ponto uma lógica de represália. No entanto, este continua a ser um aspecto central na distinção entre o modelo britânico e americano. Numa conversa recente com alguns membros de uma missão de aconselhamento britânica enviada a Bagdade no início do ano corrente – num curioso paralelismo com o Vietname, em que uma missão similar teve igualmente um impacto reduzido nas práticas norte-americanas, como o livro de Nagl mostra – os oficiais britânicos mostraram-se surpreendidos, por exemplo, com a resposta americana a ataques de morteiro com barragens de artilharia «localizadas»; e continuam a insistir na importância da utilização da força apenas em resposta a ameaças específicas, assim como na prioridade à interacção com as populações. Como me disse um deles, isso é bom para a segurança das tropas mesmo que pareça torná-las mais vulneráveis, sobretudo desistir disso, é desistir ganhar. No entanto, reconhecem que os colegas norte-americanos são alvos preferenciais, e algumas unidades mais experientes (marines ou forças do exército antes usadas em peace-keeping) estão a adaptar-se, apesar da falta de treino adequado.

De facto, desde o final dos anos 1960 todas as tropas britânicas, independentemente da sua especialização, quando são enviadas para missões no exterior (ou na Irlanda do Norte) passam por um treino específico que corresponde ao distilar das lições de contra-guerrilha do final do período colonial. Algo que não sucede nos EUA, em que ainda se continua a debater seriamente a ideia de que este tipo de missões não convencionais poderia afectar a capacidade ofensiva das tropas. No campo de treino britânico, como pudemos ve-

rificar, os soldados são familiarizados com o ambiente da zona para onde vão e com os tabus do mesmo – por exemplo, no caso do Iraque, mesquitas ou o uso de cães – além de receberem aulas na história e política da região, treino em controlo de multidões, e testes que visam afinar uma postura operacional que é tradicionalmente caracterizada como de força mínima, embora o termo seja algo enganador. De facto do que se trata é de uma doutrina que insiste na importância de um uso graduado e adequado da força. Não existe qualquer fixação num uso mínimo, mas sim numa capacidade de resposta apropriada, num nível de violência adequado. Ou seja, não se utilizam todos os meios militares disponíveis simplesmente porque eles estão disponíveis. Qualquer escalada no uso da força deve ser pensada e reversível.

Claro que, mais uma vez no Iraque, há o argumento de que a zona britânica, habitada por xiitas, é mais fácil do que a zona sunita ocupada pelos norte-americanos; e que, portanto, tal como na Malásia, os britânicos têm a vida facilitada por factores externos. O que sem dúvida contém uma grande dose de verdade, é mesmo duvidoso que se possa falar de uma verdadeira insurreição na zona xiita. Mas, um ponto importante numa guerra de guerrilha é saber escolher onde se pode realisticamente combatê-la (e se possível evitá-la). Nada disto anula o facto de que os britânicos adoptaram desde o início uma postura diferente dos norte-americanos. Quando um regimento britânico, o famoso Black Watch, foi deslocado para a zona sunita, tornando-se pela atenção que nele se concentrava um alvo preferencial, mostrou ser capaz de adaptar-se e recebeu elogios dos oficiais norte-americanos. Adoptando, é certo, uma postura mais agressiva. De facto, e este é um aspecto a que no livro Nagl talvez não dê suficiente importância: o contexto pesa muito. Qualquer conflito é interacção. Portanto, quando mais bem armado e agressivo o adversário for, mais difícil será manter uma postura militar gradualista. Talvez inesperadamente para alguns, a nossa conclusão, no entanto, quando se compara o Iraque com outras campanhas passadas é que o balanço não é totalmente negativo ou pessimista.

As dificuldades enfrentadas por um exército regular a combater guerrilheiros, que tanta impressão causam a soldados e jornalistas são «normais». Algo que a alegoria de Lawrence da Arábia que está na origem do título do livro de Nagl, ilustra perfeitamente: uma faca é geralmente muito ameaçadora e eficaz, mas está longe de ser útil quando se trata de comer sopa. Um instrumento afiado e potencialmente letal revela-se inadequado face a um caldo viscoso. É precisamente isso que sucede a um exército convencional confrontado com a ameaça não convencional de bandos altamente móveis de guerrilheiros infiltrados na população civil. Não existe portanto nada de extraordinário nas dificuldades actuais no combate aos guerrilheiros no Iraque.

A grande questão é a de saber se as tropas norte-americanas serão desta feita capazes de aprender com os seus erros e evoluir na sua postura. Até porque os guerrilheiros claramente o estão a fazer.

Por outro lado, no Iraque verificam-se dois de três aspectos essenciais em termos de condicionantes estruturais que são provavelmente indispensáveis, embora não suficientes, para ser possível derrotar irregulares. Por um lado, o país está dividido em diferentes grupos étnicos e religiosos. Se curdos e xiitas desejarem a sua derrota, os insurrectos sunitas estarão numa posição vulnerável. Por outro, os EUA comprometeram-se com um processo político local, que sendo imperfeito, permite em todo o caso a algumas elites iraquianas aceder ao poder, e mesmo que não garanta uma real democracia (a Malásia mesmo hoje é, quando muito, uma democracia «musculada»), garante pelo menos a existência de poderosas forças locais interessadas no sucesso do processo de pacificação. Mas para ser realmente bem sucedido será, nomeadamente tendo em conta a experiência da Malásia, captar elementos sunitas suficientes para tornar o processo credível, assim como oferecer uma saída por via de amnistias aos rebeldes, e assim facilitar o difícil processo de criação e treino de forças locais credíveis e confiáveis.

E há outras dificuldades importantes. As fronteiras com a Síria e mesmo com o Irão e a Arábia Saudita continuam vulneráveis a infiltrações. Há um núcleo de jihadistas ligados à Al-Qaeda dispostos a tudo. E combater guerrilheiros é um processo difícil e moroso, para o qual os EUA estão mal equipados, o seu exército, como vimos, e o seu sistema política. A capacidade de resposta ao nível político e de infra-estruturas materiais no Iraque também tem estado em boa parte ausente, até por causa das dificuldades em termos de segurança. A tentação continua a ser grande, como o caso de Falluja parece mostrar, para avançar com grandes operações à procura de vitórias convencionais, quando toda a estratégia dos guerrilheiros é precisamente o oposto disso. Nagl continua a acenar, mas será que após as eleições iraquianas será a dizer adeus? Uma vitória completa, ou seja, sem concessões a sunitas e nacionalistas parece-nos impossível, mas uma derrota norte-americana teria de ser em boa parte auto-inflingida nomeadamente pela alienação de curdos e xiitas, ou por via de uma retirada precipitada como resposta a um ataque que produzisse baixas importantes e uma sensação de descontrolo na opinião pública americana. O que não merece dúvida é que esta é uma obra cuja actualidade e interesse são hoje mais evidentes do que nunca. Nagl pode agradecer a Saddam por isso, embora seja altamente duvidoso que tenha vontade de o fazer.

Notas

- 1 Sir Richard Thompson, *Revolutionary War in World Strategy 1945–1969*, (London: Secke & Warburg, 1970), pp. 23–4.
- 2 Colin Gray, *Modern Strategy*, (Oxford: Oxford University Press, 1999), p. 9.
- 3 Antoine Henri de Jomini, *The Art of War*, (Westport: Greenhill, 1992 [1862]), p. 26. Jomini foi, recorde-se, oficial de Napoleão e prestou serviço durante as campanhas na Península.
- 4 Russell Weigley, *The American Way of War: A History of the US Military Strategy and Policy*, (New York: Macmillan, 1973).
- 5 O conceito de «indirect approach» surge pela primeira vez precisamente em B.H. Liddell Hart, *British Way in Warfare* (London: Faber and Faber, 1932).
- 6 A última citação é de Ian F. Beckett, *Modern Insurgencies and Counter-Insurgencies: Guerrillas and their Opponents since 1750*, (Londres: Routledge, 2001), p. 25.
- 7 Peter Maass, «Professor Nagl's War» (*The New York Times Magazine*, 11 de Janeiro de 2004).